

**CÂMBIO /** Desvalorização do real aumenta o preço de itens essenciais e intensifica a vulnerabilidade das classes mais baixas. Especialistas avaliam o impacto da moeda norte-americana no dia a dia do brasileiro e como minimizá-los

# Dólar alto amplia desigualdade

» DANANDRA ROCHA

Danandra Rocha/ CB



A vendedora ambulante Maria Eurineides conta que nem sempre consegue comprar carne, café e leite, devido aos preços altos

Após uma sequência de altas ao longo dos últimos meses, o dólar apresentou uma leve retração, encerrando a última semana cotada a R\$ 5,91. Contudo, os impactos da desvalorização do real frente à moeda norte-americana continuam pressionando a economia brasileira, sobretudo as famílias de baixa renda.

Em dezembro do ano passado, a moeda chegou a ser vendida a R\$ 6,26, maior cotação da história, e em 2025, permaneceu acima dos R\$ 6,00. Apesar de parecer uma realidade distante do cidadão comum, a disparada do câmbio tem impacto direto no dia a dia dos brasileiros, pressionando os preços dos alimentos, dos combustíveis e de itens essenciais, ampliando ainda mais a desigualdade social enfrentada pelo país.

As famílias de baixa renda aplicam até 60% de seus ganhos mensais em produtos de necessidade básica, que têm preços consideravelmente elevados pressionados pelo câmbio.

“Na minha juventude, não tive a oportunidade de estudar. Trabalho há anos como feirante para sustentar minha família de forma digna. Compro alimentos com o dinheiro das vendas do dia. Se não vendo muito, não consigo comprar tudo o que preciso”, conta Maria Eurineides, vendedora ambulante que representa a realidade de milhões de brasileiros.

A alternativa para tentar manter a geladeira cheia tem sido optar por alimentos mais baratos. “Como cuscuz, macarrão, ovos e enlatados, já que nem sempre dá para comprar o café, o leite e, principalmente, a carne, que está muito cara”, relata.

A elevação da moeda norte-americana é motivada por dois fatores: a incerteza fiscal, em detrimento de uma inflação de 4,83% em 2024; e a política monetária restritiva dos EUA, que gerou altas nas taxas de juros e atraiu investidores para o mercado americano, desvalorizando a moeda brasileira.

De acordo com a advogada tributarista Maísa Pio, a alta do dólar tem um impacto significativo na arrecadação de tributos no Brasil, especialmente no que diz respeito aos tributos incidentes sobre produtos importados, o que impacta diretamente a inflação de bens essenciais.

Quando a moeda norte-americana sobe, itens importados ou que dependem de insumos internacionais, como combustíveis e alimentos, sofrem aumento. “O custo dos produtos está diretamente ligado, pois o preço se forma levando em consideração a

taxa de câmbio, os impostos e a inflação. Desta forma, se o dólar está alto, significa que o produto final será mais caro”, explica.

A aplicação de tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre produtos industrializados (IPI) é influenciada pelo câmbio elevado. Esse aumento é repassado ao consumidor final, impactando diretamente a qualidade de vida das famílias mais vulneráveis.

“Uma carga tributária alta, como a do Brasil, principalmente sobre consumo, como é o caso de ICMS e IPI, impacta mais as classes de baixa renda, que destinam maior parte de sua renda a bens de consumo essenciais, como alimentos, medicamentos e transporte”, destaca a advogada tributarista.

“Desta forma, essas famílias tendem a consumir menos, prejudicando sua qualidade de vida e ampliando as desigualdades sociais já presentes no cenário brasileiro, que é historicamente mais baseado em tributos sobre consumo”, complementa Pio.

## Alimentos

Conforme estatísticas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, os maiores impactos no indicador no ano passado vieram dos preços de alimentação e bebidas, que

acumularam alta de 7,69%.

Em seguida aparecem os itens de saúde e cuidados pessoais, com aumento de 6,09%, e transportes, com destaque em especial para a gasolina, subitem com maior elevação acumulada no período, de 9,71%.

Entre os grupos, a alta nos preços dos alimentos afetou de forma expressiva o cardápio de famílias de baixa renda, resultando em aumento significativo das carnes, leite longa vida e café moído.

O Indicador de Inflação por Faixa de Renda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela uma inflação anual de 5,08% para famílias de renda baixa, comparadas às de renda alta, que indica uma taxa 4,50% menos robusta.

## Efeito cascata

Ativos dolarizados, como commodities e combustíveis, subiram de preço em decorrência da dinâmica do dólar. Nesse contexto, há incertezas sobre a política fiscal brasileira e o cenário internacional, que agravam a desigualdade social. “Esse fenômeno, chamado de *pass-through*, faz com que os preços em geral aumentem”, explica Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos.

“Combustíveis e alimentos, que são essenciais, tornam-se mais caros, afetando diretamente as famílias de baixa renda, que gastam a maior parte de sua renda em

**Inflação dói, não só no bolso, mas na barriga. As pessoas de baixa renda se alimentam menos e pior quando a inflação e o dólar estão altos”**

Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos

consumo básico”, acrescenta.

Nesse contexto, a desigualdade social se agrava, comprometendo diretamente a qualidade da alimentação dos mais vulneráveis e restringindo seu poder de compra. “Inflação dói, não só no bolso, mas na barriga. As pessoas de baixa renda se alimentam menos e pior quando a inflação e o dólar estão altos”, enfatiza.

Lelis também alerta para o impacto da dívida pública, que pode intensificar a desigualdade, levando famílias de menor poder aquisitivo à extrema miséria. “O aumento do dólar compromete a capacidade do governo de financiar programas

sociais, porque eleva a dívida pública e os juros. Sem equilíbrio fiscal, o governo pode enfrentar restrições orçamentárias que resultam em cortes em programas como Bolsa Família e Auxílio Gás, ampliando a desigualdade”, aponta.

O analista de investimentos destaca ainda a conjuntura internacional, com Donald Trump na presidência dos EUA, que pode intensificar ainda mais a desvalorização do real. “O dólar tende a permanecer alto, já que as políticas protecionistas e inflacionárias dele exigirão que os juros americanos permaneçam elevados. Esse cenário afeta diretamente países emergentes, como o Brasil”, afirma.

Para o professor de macroeconomia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, “ainda é prematuro falar sobre os impactos da depreciação cambial, sem saber onde o câmbio vai se estabelecer ou se haverá uma nova onda de apreciação”.

Ele destaca a importância da política monetária e o papel do Banco Central (BC) ao tomar medidas para minimizar os impactos da inflação. “O Banco Central não pode apenas assistir à alta do dólar e à aceleração da inflação; ele precisa agir para manter a inflação dentro da meta”, relata.

Contudo, Salomão pondera que a alta na inflação no Brasil não se restringe apenas à elevação

do dólar, mas “é um problema que remonta ao período pós-pandemia e precisa ser tratado com políticas consistentes”.

## Impacto social

Olhando por outra vertente, além da alimentação, o professor e pesquisador sociológico Thales Rosário aponta os impactos da alta dos preços no caso do transporte, que pode restringir o acesso da população e, consequentemente, intensificar a desigualdade de oportunidades de emprego como fonte de renda.

“Quando itens essenciais ficam mais caros, essas famílias priorizam o básico, deixando de investir em educação, lazer e saúde, o que aprofunda o ciclo de pobreza e restringe oportunidades de mobilidade social”, diz.

Em sua maioria, essas pessoas dependem quase exclusivamente da economia local e são as principais afetadas com os prejuízos causados pela desvalorização da moeda brasileira e pela inflação. “Trabalhadores informais, desempregados e pequenos empreendedores enfrentam maior dificuldade em absorver os impactos da alta de preços, pois têm pouca ou nenhuma reserva financeira”, destaca o sociólogo.

Maria e outros milhares de brasileiros enfrentam as mesmas dificuldades, em um ciclo que já ultrapassou gerações. “Historicamente, as classes mais baixas enfrentam crises econômicas com estratégias de sobrevivência que revelam a fragilidade do tecido social no Brasil. Isso inclui a intensificação do trabalho informal, o endividamento e a redução do consumo básico”, menciona Rosário.

Esses padrões mostram como a desigualdade estrutural torna esse grupo mais exposto a crises econômicas, uma vez que a falta de acesso à educação de qualidade, empregos formais e políticas públicas sustentáveis perpetua sua vulnerabilidade. “Por outro lado, essas crises também evidenciam a resiliência dessas populações e sua capacidade de adaptação, embora às custas de um grande sacrifício pessoal e coletivo”, complementa.

A ampliação de programas de transferência de renda pode mitigar o impacto imediato sobre as famílias de baixa renda, de acordo com o sociólogo. Além disso, políticas que controlem a inflação de alimentos e combustíveis, como subsídios temporários ou o fortalecimento de estoques reguladores, ajudam a estabilizar preços.

“A longo prazo, é essencial investir em políticas de geração de emprego e renda, além de incentivar a produção local de itens essenciais para reduzir a dependência de insumos importados”, avalia Rosário.

## SEGUROS

# Regulamentação de cooperativas

Sancionada neste mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei que regulamenta a atuação das cooperativas de seguros marca um avanço significativo para o setor no país. Demanda antiga das seguradoras, a nova legislação dá o pontapé inicial para a criação das cooperativas de seguros, fortalecendo o mercado.

A regulamentação permite que as cooperativas de seguros operem em qualquer ramo de seguros privados, exceto em casos expressamente vedados, formalizando as operações de proteção patrimonial mutualista. Além disso, aprimora o processo administrativo da Superintendência de Seguros Privados (Susep), reduzindo a insegurança jurídica e protegendo os contratantes das entidades.

Para o presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB/DF, Eduardo Serra Rossignieux Vieira, a lei representa uma grande inovação para o setor de proteção patrimonial e cooperativas de seguros no Brasil. “A partir de agora, associações e cooperativas

que operam nesse segmento passam a ser fiscalizadas pela Susep, o que reforça a segurança jurídica, a transparência e a confiabilidade desse mercado”, aponta.

A legislação promove figuras administradoras que operam na área de proteção patrimonial mutualista, formadas por empresários e cooperadores reunidos em associações para cuidar de patrimônios e interesses de seus clientes, reduzindo riscos previamente definidos.

O texto estabelece que essas entidades só poderão atuar mediante autorização da Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo fiscalizadas para garantir o cumprimento das normas. Antes da regulamentação, essas associações operavam sem amparo legal, o que agora é solucionado com a nova legislação.

Foi ampliado ainda o escopo das sociedades cooperativas de seguros, permitindo-lhes atuar em ramos de seguros privados além dos setores agrícolas, de saúde e de acidentes de trabalho, exceto em áreas com restrições específicas.

Marcos de Paula/ Agência Estado



Expectativa é de que a Lei aprimore o processo administrativo da Susep, protegendo os contratantes das entidades

Apesar de bem recebida pelo mercado segurador, o novo regime também apresenta desafios, como a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa de fiscalização trimestral à Susep, cujo valor varia entre R\$ 19 mil e quase R\$ 1 milhão, dependendo do porte e da

área de atuação da entidade.

“Essa nova carga financeira pode ser especialmente onerosa para organizações menores, que precisam revisar seus modelos operacionais para absorver o impacto”, destaca Vieira. “As associações terão 180 dias para adequar seus

estatutos e operações às novas exigências ou suspender suas atividades, sob pena de sanções severas, com multas que agora podem chegar a R\$ 35 milhões”, emenda.

De acordo com a especialista em negócios Rejane Celi, proprietária da RC Consultoria, a

regulamentação também busca democratizar o acesso ao seguro, ampliando a inclusão de pequenos empresários e pessoas físicas no mercado. “A legislação vai permitir que pessoas físicas, pequenos empresários e cooperativas, antes excluídos pelo alto custo, agora possam proteger seu patrimônio”, explica.

“Além disso, ela promove a solidariedade financeira entre os participantes e estimula a modernização do setor com o uso de tecnologia e plataformas digitais, aumentando a eficiência e reduzindo custos”, acrescenta.

Para promover um ambiente de negócios sustentável e equilibrado, Celi aponta a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as realidades de cada setor, garantindo a proteção do consumidor e de um bom serviço com o fortalecimento do mercado de seguros.

Para debater os desafios e oportunidades para o setor de seguros no país, o **Correio** promoverá, no dia 13 de fevereiro, o evento *“Avanços de Crescimento Econômico: Perspectivas e Diálogo”*, com apoio da Prudential Brasil e da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

O encontro reunirá autoridades, líderes do mercado, especialistas e reguladores, com o objetivo de discutir a transformação do setor de seguro e perspectivas para este ano. (DR)